

Áreas Contaminadas e a atuação do Ministério Público

Annelise Monteiro Steigleder

Promotora de Justiça

Áreas Contaminadas

Local onde há poluição ou contaminação, potencial ou efetiva, causada pela introdução de substâncias ou resíduos que nela tenham sido depositados, acumulados, enterrados ou infiltrados de forma planejada ou não, produzindo danos materiais e extrapatrimoniais ao meio ambiente, ao patrimônio e à saúde humanas

Causas

- Obsolescência dos processos industriais ou falência de empresas
- Destinação inadequada de resíduos sólidos urbanos e/ou industriais
- Transferência para outras áreas em virtude de novos zoneamentos urbanos







Problemas urbanísticos

- As áreas abandonadas desvalorizam o entorno
- deterioração da imagem da cidade
- favorecimento do depósito clandestino de resíduos
- invasões por populações de baixa renda
- riscos à segurança, à saúde pública e ao meio ambiente

Morro do Bumba - abril/2010



Danos ambientais históricos

- Degradação praticada no passado, quando ausente norma protetiva ambiental ou conforme padrões de emissão da época
- Dificuldade na identificação da fonte poluidora adequada à produção do dano
- Desaparecimento da fonte poluidora
- Efeito cumulativo de vários poluentes

100



Problemas jurídicos a serem resolvidos

- Quem paga a conta da descontaminação?
- Qual o montante dessa conta? Qual o grau de risco aceitável?
- Como integrar as autorizações urbanísticas e ambientais para definir usos futuros?
- Como garantir segurança jurídica e transparência nos processos decisórios

Problemas técnicos

- Como se define um sítio contaminado?
- Quantos sítios contaminados existem na cidade, no Estado?
- Como identificá-los?
- Como evitar a utilização das áreas que apresentem riscos?
- Como gerenciar a descontaminação?

Legislação incidente

- Áreas Contaminadas
 - Lei Federal 12.305/2010
 - Resolução 420/2009, CONAMA
- Abastecimento de combustíveis:
 - Lei 9847/99
 - Resolução 273/2000, CONAMA

Lei 12.305/10

- Planos Estaduais e Municipais de Resíduos Sólidos devem identificar as áreas contaminadas
- Obrigatoriedade da inserção do tema nas políticas públicas de planejamento do uso do solo

Inovações da Res. 420/09 do CONAMA

- Criou sistema de gerenciamento de áreas contaminadas
- Valores de Prevenção e de Investigação
- Empreendimentos potencialmente contaminantes devem monitorar água e solo como condição do licenciamento – princípio da prevenção

- Remediação de acordo com o uso pretendido
- Comunicação dos riscos - Princípio da informação
- Averbação da contaminação na matrícula imobiliária
- Publicidade para as AC, ACI, AMR e AR

Objetivos da atuação do Ministério Público

- Assegurar a identificação dos passivos e o direito à informação por meio da averbação na matrícula imobiliária
- Promover a inclusão da informação sobre o passivo na Declaração Municipal dos imóveis

- Assegurar que os órgãos ambientais exijam os diagnósticos e a remediação quando dos novos licenciamentos ambientais
- Assegurar a reparação integral do dano ambiental
- Garantir recursos financeiros para que a remediação ocorra (seguro ambiental, indisponibilidade de bens, etc.)

- Proteger o patrimônio público, a fim de que o Município considere a possibilidade da presença de passivos quando da aquisição das áreas para moradia popular
- Assegurar a proteção dos consumidores, a fim de que sejam informados sobre a existência do passivo e sobre os custos de monitoramento de águas subterrâneas

Averbação do passivo na matrícula imobiliária

- Precedente: Parecer 155/2006-E, processo CG 167/2005, TJSP
- Fundamento: arts. 32 e 37, Res. 420/09, CONAMA e art. 246 da Lei de Registros Públicos
- Princípios da publicidade e da boa-fé
- Proteção do futuro adquirente de áreas contaminadas

O responsável pela remediação

- Poluidor: Art. 3º, inc. IV, Lei 6938/81
- Responsabilidade civil objetiva
- Adquirente da Área
- Fonte geradora dos resíduos – art. 27, Lei 12.305/10
- Poder Público: Áreas órfãs – art. 41, Lei 12.305/10

Adquirente de Áreas Degradadas

- Obrigação *propter rem* decorrente da função social da propriedade
- Dever de evitar o agravamento do dano ambiental
- Responsabilidade pela situação do bem ambiental

STJ - Resp. 1.056.540-GO

ACP. Dano ambiental. Construção de hidrelétrica..

1. A responsabilidade por danos ambientais é objetiva e, como tal, não exige a comprovação de culpa, bastando a constatação do dano e do nexo de causalidade.
2. Excetua-se à regra, dispensando a prova do nexo de causalidade, a responsabilidade do adquirente de imóvel já danificado porque, independentemente de ter sido ele ou o dono anterior o real causador dos estragos, imputa-se ao novo proprietário a responsabilidade pelos danos

TJSP - Apelação com Revisão

8987925600

- Ação de nulidade de auto de infração. Tratando-se de responsabilidade solidária e *propter rem*, não há como se afastar as autuações efetuadas contra a autora. Comprovada a degradação do meio ambiente e a propriedade do imóvel por parte do apelante, clara sua responsabilidade em responder pelos danos causador ao meio ambiente, em virtude de se tratar de obrigação *propter rem*. Recurso de apelação da autora improvido (Rel. Des. Lineu Peinado, j. em 13.08.2009).

TJSP AI 731.859.5/3

- “...Há, por um lado, indícios veementes de que o solo de propriedade da agravante está contaminado e só por isso mostra-se adequada a exigência apresentada, no sentido de que se faça uma investigação detalhada com análise de risco e elaboração de proposta de sua recuperação.É obrigação propter rem e, por isso mesmo, irrelevante o fato de ser a contaminação anterior à aquisição da área...”

Orphan Sites

- Responsabilidade civil do Poder Público pela remediação das áreas
- Omissão no exercício do poder de polícia, à época em que produzido o dano
- Utilização de verbas do Fundo de Recuperação de Bens Lesados – art. 13, Lei 7347/85

A responsabilidade dos geradores

- A responsabilidade do gerador não cessa com a contratação de terceiros para transporte e destinação final
- Solução adotada pela CETESB e pelo MP/SP no passivo do Aterro Industrial Mantovani S/C Ltda. e da CETRIN, localizado no sítio Pirapitingui, que operou de 1974 a 1987.

Aterro Mantovani - Cetrin



Conclusões

- Importância da adoção da abordagem preventiva, com o objetivo de impedir a geração dos passivos
- Consideração das áreas potencialmente contaminadas e suspeitas de contaminação nos processos decisórios
- Necessidade de integração das exigências ambientais e urbanísticas, com vistas à solução de passivos quando do licenciamento de novas atividades

- Importância da averbação da área contaminada
- Necessidade de previsão de garantias financeiras que assegurem a futura remediação da área ao longo do tempo
- Solução para as áreas órfãs através da criação de Fundos específicos

Obrigada!

meioambiente@mp.rs.gov.br